



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios destinados à elaboração de refeições e merenda destinados jogos, eventos escolares, projetos educacionais e sociais ligados à rede de ensino do município de Campo Formoso - Bahia.

2. JUSTIFICATIVA

Ao se falar em educação de qualidade no serviço público, precisamos definir objetivos e elaborar um planejamento que abranja todas as áreas que contribuem para o desenvolvimento intelectual, motor, cognitivo, social e político, despertando a criatividade, dentre outros fatores importantes para a formação do indivíduo. Sendo assim, cabe repensar na elaboração de projetos que permeiem para além da educação em sala de aula, tornando a sociedade e a família mais participativa na construção de cidadania e desenvolvimento dos educandos.

Por conseguinte, é interessante promover os eventos escolares, jogos, projetos educacionais e sociais pois contribuem para a interação do Sistema Educacional com toda a sociedade e são capazes de potencializar nos indivíduos o desenvolvimento de competição, memorização, motor, dentre outros aspectos que preparam para as diversas situações que a vida proporciona.

Cabe, portanto, a elaboração de programas e eventos a fim de ampliarmos a educação nos diversos espaços sociais. Vale ainda ressaltar, que precisamos de um planejamento financeiro e de recursos para concretização destes objetivos.

Ao pensar nesses projetos, na organização dos eventos, precisamos delimitar do início ao fim, as necessidades essenciais a fim de promover o bem-estar a todos os participantes envolvidos, como também, educação, lazer, cultura e conhecimento.

Diante disto, estamos planejando a realização de diversos eventos na Secretaria de Educação do Município de Campo Formoso e para isso requer recursos e financiamento, tendo assim também, a necessidade de um planejamento alimentar, pois, tais eventos requer um amparo alimentício para aqueles que vão participar e para os protagonistas do evento. Quanto aos projetos escolares, é interessante o momento da culminância para promover a socialização entre os responsáveis pelo evento e comunidade. Cabe salientar, que a alimentação possibilita o pleno desenvolvimento físico e intelectual de cada pessoa e, conseqüentemente, qualidade de vida. Diante disto, faz-se necessário a aquisição de alimentos para a realização das programações dos eventos e culminâncias dos projetos ofertados aos alunos e servidores da Rede Municipal de Ensino e à comunidade Campo-formosense participante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3- DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÉDIO	TOTAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ, INSTANTÂNEO, SOLÚVEL, OBTIDO PELA MISTURA DO AÇÚCAR, CACAU LECITINADO, MALTODEXTRINA, SAL, LEITE E SORO DE LEITE, VITAMINAS A, B1, B2, B6, C, D3 E PP E AROMATIZANTES. ISENTO DE SOJA OU FARINHA, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 3%. ACONDICIONADO EM PACOTE DE POLIETILENO, RECIPIENTE DE POLIETILENO OU DE FOLHA DE FLANDRES, ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO. CONTENDO APROXIMADAMENTE 24X400G DE PESO LÍQUIDO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	CX	7,00	107,95	755,65
2	AÇÚCAR CRISTAL 30 X 1 KG - O PRODUTO DEVE APRESENTAR COR BRANCA, CLARA, DEVE ESTAR SOLTO E SECO NO PACOTE, SUA EMBALAGEM NÃO DEVE APRESENTAR PERFURAÇÕES E ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, APRESENTAR DATA DE VALIDADE DE ATÉ 1 ANO APÓS O RECEBIMENTO.	FD	9,00	148,23	1.334,07
3	ALHO BRANCO - ALIMENTO EM ESTADO NATURAL PROCEDENTE DE ESPÉCIE VEGETAL, LIVRE DE ENFERMIDADES E INSETOS, ALÉM DE NÃO APRESENTAR	CX	12,00	259,38	3.112,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	DANIFICAÇÃO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETEM AS SUAS APARÊNCIAS E NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADES DE QUALQUER ESPÉCIE.				
4	ARROZ BRANCO - TP 1 PC COM 30 X 1 KG - PARBOLIZADO AGULHA EXTRA CLASSE, LONGO, FINO, GRÃOS PERFEITO, NÃO DEVE APRESENTAR MANCHAS ESCURAS, BRANCAS, AVERMELHADAS OU ESVERDEADAS. SUA EMBALAGEM NÃO DEVE APRESENTAR PERFURAÇÕES. APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO NA EMBALAGEM E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO.	FD	21,00	171,38	3.598,98
5	BISCOITO ÁGUA E SAL, DUPLA EMBALAGEM, CONTENDO 350 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM NO MINIMO 20 UNIDADES.	CX	11,00	104,40	1.148,40
6	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, TRADICIONAL À BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, MARGARINA, EXTRATO DE MALTE, AÇÚCAR, SAL, SORO DE LEITE EM PÓ, FERMENTO BIOLÓGICO, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE. EMBALAGEM DUPLA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. EMBALAGEM: CX C/ 20 UND DE 350GR.	CX	11,00	122,39	1.346,29
7	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - PC COM 20 X 250 - EMPACOTADA AUTOMATICAMENTE, SEM PERFURAÇÃO NA EMBALAGEM OU VAZAMENTO E OU PÓ ENDURECIDO DATA DE VALIDADE MÁXIMA E SELO DE PUREZA ABIC.	FD	48,00	155,17	7.448,16
8	CALABRESA P/ FEIJÃO -LINGUIÇA, TIPO CALABRESA DEFUMADA,	KG	407,00	22,03	8.966,21

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO**

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FINA, MISTA, EMBALADA A VÁCUO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.				
9	CALDO DE GALINHA, CARNE, LEGUMES, CAIXA COM 24 DISPLAY, CONTENDO 24 UNIDADES DE 19GR. O PRODUTO DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS E/OU LEGISLAÇÃO VIGENTE NO ANVISA/MS ROTULAGEM CONTENDO NO MÍNIMO, PESO LIQUIDO, NOME DO FABRICANTE E DO PRODUTO, CNPJ DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA OU PRAZO DE VALIDADE.	CX	100,00	16,59	1.659,00
10	CARNE BOVINA- TIPO MÚSCULO, CORTADA EM CUBOS, IN NATURA, CONGELADA, SEM GORDURA, SEM PELANCA, SEM SEBO. COM ASPECTO, COR E CHEIRO CARACTERÍSTICOS. LIVRE DE PARASITAS, MICRÓBIOS E QUALQUER SUBSTÂNCIA NOCIVA. EMBALAGEM: DEVE ESTÁ INTACTA, POLIETILENO, TRANSPARENTE. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 1 E 5 KG.	KG	286,00	29,41	8.411,26
11	CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE DE SOL. INSPECIONADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (SIF OU SIE).	KG	205,00	40,81	8.366,05
12	CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE, BIFE, SEM OSSO, SEM GORDURA OU SEM PELE. INSPECIONADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (SIF OU SIE).	KG	919,00	44,83	41.198,77
13	CARNE BOVINA DE CHARQUE, SALGADA, CURADA E DESSECADA. PACOTE CONTENDO 500G. INSPECIONADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (SIF OU SIE).	PCT	205,00	18,87	3.868,35
14	CARNE BOVINA MOÍDA, SEM GORDURA APARENTE, SEM OSSO. EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, INFORMAÇÕES	PCT	204,00	23,79	4.853,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	NUTRICIONAIS, PRAZO DE VALIDADE CARIMBOS OFICIAIS DE ACORDO COM A PORTARIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA. COMPOSIÇÃO CENTESIMAL: PROTEÍNA MÍNIMA DE 22 GRAMAS, GORDURAS TOTAIS MÁXIMA DE 7,9 GRAMAS, GORDURAS SATURADAS MÁXIMAS DE 3 GRAMAS E SÓDIO MÁXIMO DE 38 MG. EMBALAGEM DE 500G CADA.				
15	CARNE DE FRANGO, TIPO PEITO CONGELADA ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE. NA DATA DA ENTREGA, O PRAZO DE VALIDADE INDICADO PARA O PRODUTO NÃO DEVERÁ TER SIDO ULTRAPASSADO NA SUA METADE, TOMANDO-SE COMO REFERENCIA, A DATA DE FABRICAÇÃO DO LOTE, IMPRESSA NA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS E/OU LEGISLAÇÃO VIGENTE DA ANVISA/MS INCLUSIVE APRESENTANDO, EM SUA EMBALAGEM, AS MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS PERTINENTES. ROTULAGEM CONTENDO NO MÍNIMO, PESO LIQUIDO, NOME DO PRODUTO, NOME E CNPJ DO BENEFICIADOR, NUMERO DO LOTE E DATA OU PRAZO DE VALIDADE.	KG	653,00	9,59	6.262,27
16	CEBOLA - IN NATURA, DE PRIMEIRA, BRANCA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	330,00	7,50	2.475,00
17	CREME DE LEITE. CAIXA COM 24 UNIDADES, EM LATA DE 395 GRAMAS, CONTENDO VALORES NUTRICIONAIS E DATA DE FABRICAÇÃO, CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	13,00	77,76	1.010,88
18	FARINHA DE MANDIOCA - GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA, TIPO 1. PRODUTO OBTIDO DOS PROCESSOS DE RALAR E	KG	180,00	8,78	1.580,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	TORRAR A MANDIOCA. BRANCA OU AMARELA, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITOS E LIVRES DE UMIDADES E FRAGMENTOS ESTRANHOS. O PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 263, DE 22/09/2005, DA ANVISA/MS. ROTULAGEM CONTENDO, NO MÍNIMO O NOME DO FABRICANTE E O DO PRODUTO, O CNPJ DO FABRICANTE, O NUMERO DO LOTE, A DATA DE FABRICAÇÃO E A DATA OU PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PRIMARIA EM PACOTES DE POLIETILENO, COM PESO LÍQUIDO DE 500G.				
19	FEIJÃO CARIOQUINHA - TP I EXTRA LIMPO FRD 30 X 1 KG DEVE ESTAR EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS SEM PERFURAÇÃO ISENTO DE IMPUREZAS, INSETOS, NÃO CONTER MOFO, NÃO CONTER GRÃOS ESBRANQUIÇADOS, MURCHO E SEM BRILHO, CONTER DATA DE FABRICAÇÃO NA EMBALAGEM E VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO.	FD	18,00	243,85	4.389,30
20	FEIJÃO PRETO - TIPO 1, SAFRA NOVA, GRÃOS INTEIROS E SÃOS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES, DEVENDO APRESENTAR NA EMBALAGEM O PESO LÍQUIDO, AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E O PRAZO DE VALIDADE. FARDO 30X10KG.	FD	5,00	258,05	1.290,25
21	FLOCÃO DE MILHO - PC COM 20 X 500 - DEVE SEGUIR OS REGIMENTOS, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SEM MANCHAS ESCURAS, BRANCAS, MOFO E UMIDADE, SEM FUROS NA EMBALAGEM, E ESTAR SOLTO NA EMBALAGEM E SER 100% MILHO. APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO DE 6 MESES EM SUA EMBALAGEM.	FD	33,00	38,70	1.277,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

22	FRANGO INTEIRO CONGELADO - O PRODUTO DEVE TER EMBALAGEM ÍNTEGRA, NÃO DEVE CONTER CRISTAS DE GELO NO INTERIOR DA EMBALAGEM, APRESENTAR ASPECTO FIRME NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSO, COR AMARELA ROSADA, SEM MANCHAS ESCURAS OU ESVERDEADAS, ODOR CARACTERÍSTICA E REGISTRO NO SIF E DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO.	KG	300,00	10,28	3.084,00
23	LEITE EM PÓ INTEGRAL PC COM 50 X 200 - CONTENDO EM SUA COMPOSIÇÃO 14% DE PROTEÍNA PARA CADA PORÇÃO DE 26 G C/ SIF - O PRODUTO DEVE ESTAR SECO E SOLTO NA EMBALAGEM, NÃO APRESENTAR COM ALARANJADA (MOFO) NEM SER DO TIPO MODIFICADO, ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E APRESENTAR PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO.	FD	36,00	238,31	8.579,16
24	MACARRÃO 500 G - MACARRÃO, TIPO COMUM, FORMATO TALHARIM, ESPAGUETE, PARAFUSO - FARDO C/ 12 UNIDADES.	FD	66,00	47,73	3.150,18
25	MAIONESE- CONDIMENTO PREPARADO COM ÓLEOS VEGETAIS, OVOS, VINAGRE, SAL, AÇUCAR, SUCO DE LIMÃO, ÓLEOS ESSÊNCIAS DE LIMÃO E MOSTARDA. EMBALAGEM DE 500ML.	UND	31,00	7,65	237,15
26	MANTEIGA, APRESENTAÇÃO 500G GRAMAS, TIPO C/ SAL.	UND	490,00	17,38	8.516,20
27	MILHO VERDE, GRÃOS DE MILHO VERDE, IMERSOS EM LÍQUIDO CONTENDO ÁGUA, AÇÚCAR E SAL, SEM CORANTE E CONSERVANTE, SUBMETIDOS A PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO ANTES OU DEPOIS DE HERMETICAMENTE FECHADOS NOS RECIPIENTES UTILIZADOS A FIM DE EVITAR SUA ALTERAÇÃO, EMBALAGEM EM LATA DE FOLHA DE FLANDRES COM NO MÁXIMO 200 GRAMAS, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. NA EMBALAGEM	CX	15,00	102,87	1.543,05



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	DEVERÁ CONSTAR O NOME E MARCA DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE, TABELA DE INFORMAÇÃO NUTRICIONAL EM CONSERVA. CAIXA COM 24 UNIDADES.				
28	ÓLEO DE SOJA 20 X 900 ML - DEVE SER A BASE DE SOJA EM CAIXA DE PAPELÃO - E SUA EMBALAGEM EM GARRAFAS PLÁSTICAS COM TAMPA DE ROSCA E SEM VAZAMENTO, DEVE ESTAR TRANSPARENTE E TER CHEIRO CARACTERÍSTICO E VALIDADE DE 1 ANO A PARTIR DO RECEBIMENTO.	CX	7,00	136,90	958,30
29	OVOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: OVOS DE GALINHA "TIPO GRANDE", CASCA LISA. OS OVOS DEVERÃO ESTAR LIMPOS. NÃO PODERÃO ESTAR TRINCADOS. EMBALAGEM: EM CAIXAS DE PAPELÃO, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF, CISPOA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 15 DIAS A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	DZ	420,00	11,70	4.914,00
30	PÃO DE LEITE TIPO HOT-DOG, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO, SAL, AÇÚCAR, MARGARINA E ÁGUA. PESO 50G. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PACOTE COM 10 UNIDADES.	PCT	1.020,00	8,75	8.925,00
31	POLPA DE FRUTAS SABORES DIVERSOS- PASTEURIZADA, CONGELADA, SEM ADIÇÃO DE CORANTES ARTIFICIAIS E ADITIVOS QUÍMICOS, SABOR CARACTERÍSTICO E AGRADÁVEL. ISENTA DE: VESTÍGIO DE DESCONGELAMENTO, ODOR FORTE E DESAGRADÁVEL E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, TRANSPARENTE, PESO LÍQUIDO DE 01 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO,	KG	305,00	11,39	3.473,95



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.				
32	REFRIGERANTE - GARRAFA PET, COLORIDO ARTIFICIALMENTE, COMPOSTO DE: ÁGUA CARBONATADA, AÇÚCAR, SUCO DE GUARANÁ, CONCENTRADO, ACIDULANTE INS 330, ÓLEO ESSENCIAL DE GUARANÁ, ANTIOXIDANTE INS 315, ESTABILIZANTE INS 414, CORANTE INS 110 E AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE GUARANÁ. LOTE E VALIDADE IMPRESSA NO RÓTULO DA EMBALAGEM. ACONDICIONADOS EM FARDOS CONTENDO 6 UNIDADES, DE 02 LITROS CADA.	FD	135,00	50,86	6.866,10
33	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES DE 1 KG, SEM IMPUREZAS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CONSTITUÍDO DE ACORDO COM O DECRETO 75.697/75 - MS. EMBALAGEM DE 1KG.	KG	15,00	2,90	43,50
34	SALSICHA, PARA HOT DOG, EM PACOTES DE 5KG. EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, DIPOA N.304 DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUCAO DA ANVISA N.105 DE 19/05/99 E DA LEI MUNICIPAL / VIGILANCIA SANITARIA N.5504/99. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: KG (QUILOGRAMA). CADA PORÇÃO DE 50G DEVE POSSUIR NO MÍNIMO: 146 KCAL, 1,5G CARBOIDRATOS, 6,3G PROTEÍNAS, 13G GORUDARAS TOTAIS, 4,2G GORDURAS SATURADAS, 18	PCT	4,00	49,35	197,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	MG COLESTEROL, 0,75 MG FERRO, 575 MG SÓDIO".				
35	SARDINHA - EM CONSERVA, ENLATADA NO MOLHO DE TOMATE, EMBALADA EM LATA DE 125 GRAMAS, DE ACORDO AS NORMAS E OU/ RESOLUÇÕES VIGENTES ,DA ANVISA/MS OU MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	20,00	278,44	5.568,80
36	TEMPERO PRONTO EMBALAGEM DE 1KG- O PRODUTO DEVE SER APRESENTADO DE BOA QUALIDADE, ISENTO DE ENFERMIDADES E DE BOA APARÊNCIA. INGREDIENTES: SAL, ALHO, ÓLEO DE SOJA, COENTRO, CEBOLA, URUCUM, AÇAFRÃO, CAMINHO, ORÉGANO, MANJERICÃO, FOLHA DE LOURO E ALECRIM. NÃO CONTÉM GLÚTEM. O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO DEVEM ESTÁ EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM A AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	30,00	10,48	314,40
37	VINAGRE DE ÁLCOOL. EMBALAGEM COM 500 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES DE 500G (12 X 500G).	CX	7,00	28,44	199,08

TOTAL = 170.922,38

4. DAS PROPOSTAS

4.1. Somente serão classificadas as propostas cujos produtos atendam às especificações mínimas descritas neste Termo de Referência;

4.2. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas para seu fornecimento, dentre as quais transporte, tributos, seguros, gastos com pessoal.

5 – DO FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento dos produtos deverá ser realizado de acordo com a solicitação da Secretária de Educação. Sendo o objeto licitado entregue no máximo em até 08 dias após a requisição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.2. Os produtos deverão estar acondicionados em monoblocos vazados, a fim de evitar amontoamento e consequentes perdas ou agravos aos alimentos.

5.3. Os produtos deverão ser entregues em suas respectivas embalagens originais, com a indicação da marca e validade disposta na embalagem ou no próprio material.

5.4. O PRAZO DE VALIDADE dos produtos deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da entrega dos produtos.

6 – LOCAL DE ENTREGA

6.1. A entrega do objeto licitado deverá ser no local indicado em cada solicitação, tendo em vista a relação custo/benefício da contratação e, em observância aos Princípios da Economicidade e da Eficiência;

6.2. O fornecimento do objeto será efetivado mediante a apresentação das requisições assinadas pelo (s) servidor (es) designado (s) pela Secretária de Educação do Município de Campo Formoso -BA e com carimbo e assinatura de liberação do Setor de Compras do município, de acordo com a necessidade de cada unidade. A mercadoria será recebida por servidor designado pela Secretária Municipal de Educação.

6.3. O transporte dos produtos é de inteira responsabilidade da Contratada, devendo esta respeitar fielmente a legislação pertinente.

7 – RECEBIMENTO E ACEITE DO PRODUTO

7.1 O objeto licitado deve seguir os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos oficiais de fiscalização e controle;

7.2 O objeto solicitado será recusado no caso de fornecimento incompleto, vício do produto, descrição ou valor divergente do que foi apresentado na proposta vencedora da Licitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.3 A forma de recebimento e aceite do material estará regida de acordo a Lei nº. 14.133/2021.

7.4 O Recebimento Definitivo dos produtos somente será efetivado após a conferência detalhada dos materiais.

8. PRAZO DE CONTRATAÇÃO

8.1 O prazo de vigência do contrato para a prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da Assinatura do Contrato.

9 – FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá estar acompanhada da (s) respectiva(s) requisições e certidões atualizadas da empresa. A nota fiscal/fatura deve ser conferida pelo responsável do Departamento/Setor cujo objeto foi entregue. Estando “de acordo”, receberá os carimbos de ateste e assinaturas no anverso, ou, estando em desacordo, se procederá a devolução e solicitação de substituição das entregues em desacordo.

9.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, serão devolvidas à empresa Contratada e seu pagamento deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

9.3 Fica vedado à contratada, negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto da duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na CONTRATANTE.

9.4 A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento, importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA.

9.5 No caso do objeto não estar de acordo com as especificações e demais exigências fixadas no edital de licitação e anexos, a CONTRATANTE fica desde já autorizada a reter o pagamento em sua integralidade, até



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA as multas previstas.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência; Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços; Encaminhar a nota de empenho para a contratada; Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos; Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto; Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência; Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto licitado com presteza e eficiência, fornecendo produtos que respeitem as normas de qualidade, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas neste Termo de Referência e normas correlatas, notadamente sanitárias e de saúde, quando for o caso.

11.2. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

11.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto licitado, nem a obrigação de fornecê-lo.

11.4. Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

11.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a existência de fiscalização e acompanhamento pelo Município;

11.6. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos decorrentes do fornecimento do objeto, bem como arcar com os encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e por todas as demais despesas resultantes da execução do objeto licitado;

11.7. Cumprir, durante o prazo de contratação, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

11.8. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da contratação e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender.

11.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos fornecidos, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, no prazo máximo de 72 horas.

12. EXIGENCIAS DE HABILITAÇÃO: (Art. 62, I e Art. 66, Lei 14.133/21)

12.1 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

13.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.1.2 - Prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente, no caso de firma individual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.1.3 Prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todas as suas alterações, e ou sua alteração consolidada, devidamente emitida e assinada no Órgão competente ou Certidão, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhada da comprovação da eleição dos seus administradores no caso de sociedade por ações;

13.1.4 - Cópia da cédula de identidade (com foto) dos sócios, diretor e/ou empresário individual ou empreendedor individual.

13.1.5 - Quando do credenciamento no sistema de Pregão eletrônico for efetuado por procurador, também deverá ser juntada cópia do documento de identificação (com foto) do outorgado.

13.1.6 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da investidura da diretoria em exercício;

13.1.7 - As empresas que desejarem tratamento favorecido, amparadas nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações contidas na LC 147/2014 e também LC 155/2016, que alterou o Art. 3º, Inciso II, bem como as cooperativas (conforme disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007), deverão comprovar, nesta fase, esta condição de Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), mediante apresentação de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, expedida pela Junta Comercial (conforme Instrução Normativa n.º 103, artigo 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no Diário Oficial da União de 22/05/2007), ou **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO VALIDADA PELA JUNTA COMERCIAL** (Observação: A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a certidão/declaração da Junta Comercial).

13.1.8 - A Certidão acima mencionada deverá ter data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

13.1.9 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresa (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

13.1.10 - A responsabilidade pela comprovação de enquadramento como "ME", "EPP" ou "MEI" competem às empresas licitantes, representadas por seu proprietário ou sócios e pelo contador que, inclusive, se sujeitam a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

13.1.11 - O Micro empreendedor Individual (MEI) deverá comprovar sua condição mediante apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação e obtenção ficará condicionada à verificação de autenticidade, no site: [HTTP://www.portaldoempreendedor.gov.br/Certificado](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/Certificado), igualmente deverá ser apresentado cópia do RG e CPF.

13.1.12 - HABILITAÇÃO FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA - (Art. 62, III e Art. 67, Lei 14.133/21)

13.1.13 - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e ou Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

13.1.14 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.1.15 - Regularidade perante as Fazendas, Federal, Estadual e ou Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.1.16 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.1.17- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, redação dada pela Lei Federal nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

13.1.18- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com apresentação da Declaração, firmada pela licitante, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02, igualmente declarar que não emprega, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

13.1.19 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA (Art. 62, IV e Art. 69, Lei 14.133/21)

13.1.20- Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da Comarca, da sede da pessoa jurídica, com data de emissão até 30 (trinta) dias anteriores à data de realização desta licitação, válida para as demais certidões cartoriais.

13.1.21 - Nas Comarcas onde não houver Cartório de Distribuição, a certidão citada no item anterior deverá ser emitida pelo Cartório dos Juízos Cíveis e Comerciais da Comarca sede da empresa, também com data de emissão até sessenta dias anteriores à data da realização da abertura dos envelopes.

13.1.22 - As Certidões Cartoriais onde não forem mencionados os prazos de validade, serão consideradas válidas por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão do referido documento, salvo disposições contrárias de lei a respeito.

13.1.23 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 62, II e Art. 67, Lei 14.133/21)

13.1.24 - A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características descritos no Termo de Referência, relativo ao objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante já ter executado o fornecimento ou serviços do mencionado objeto.

13.1.25- Quando for emitida por empresa de direito privado, o Pregoeiro poderá exigir o **reconhecimento de firma**, para dirimir dúvida de autenticidade, salvo imposição legal (art. 12, V da NLLC).

13.1.26 - O Pregoeiro amparado no Art. 64, I, poderá solicitar a licitante na condição provisória de primeira colocada, inserir, via sistema eletrônico, documentos que comprovem a autenticidade do (s) atestado (s) apresentado (s) pela licitante.

13.1.27 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados e/ou fornecimento dos produtos/materiais, no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.1.28- Encontrada qualquer irregularidade que mostre inidoneidade, dolo ou má fé, o documento com vício será enviado para as autoridades competentes para tomada de providências, como também sofrer penalidades e sanções impostas neste termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.1.29 – Licença ou Alvará de Funcionamento, emitida pela Vigilância Estadual ou Municipal, do estado de origem da licitante.

13.1.29- OUTROS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

13.1.30 - Declaração do Proponente, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o art. 63, inciso I, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, devidamente assinada por seu proprietário ou do sócio – administrador, e ou responsável pela empresa, onde o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.;

13.1.31 - Declaração de Autenticidade da Documentação Apresentada, conforme previsão no art. 12, IV, da Lei 14.133/2021.

13.1.32 - Conforme prescreve o Art. 63, IV, da Lei 14.133/2021, deverá o licitante inserir no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.1.33- Adita o Art. 63, §1º, da Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021, que o licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.1.34 - Dados do representante legal da empresa (nome, RG, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato administrativo e demais documentos pertinentes à execução do pacto a ser firmado entre as partes.

13.2- NORMAS E PADRÕES DE QUALIDADE.

13.2.1– Conforme características e normas definidas no item 3.

13.3 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

13.3.1- Não será admitida subcontratação.

13.4- DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

13.4.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, diante da natureza do objeto.

13.5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.5.1- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NRB – 15448-1 e 15448-2;

13.5.2 - Observação aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares;

14 - DO VALOR E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1. O valor a contratar deverá ser baseado em cotações com empresas do ramo de atividade do objeto deste Termo de Referência.

14.1.1 - Na prestação de serviços/fornecimento estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas, estaduais e federais, bem como o lucro.

14.2 - O orçamento estimado da presente licitação possuirá caráter sigiloso e será revelado após a fase de lances (Acordão TCU nº 2.190/2024 - Plenário), cuja previsão está contida no art. 24, da Lei Federal nº 14.133/20252, igualmente no art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019), objetivando a maior economicidade financeira ao Ente Público por força da competitividade entre os licitantes, uma vez que as empresas deverão apresentar suas propostas com base em suas reais estimativas de custos deixando de usar a referência de preços utilizadas pela Administração.

15- DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

15.1. A avaliação das amostras das empresas classificadas, ocorrerá após a sessão eletrônica, com data a ser fixada posteriormente, pelos responsáveis técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campo Formoso-BA, conforme legislação sanitária, regulamentos técnicos de qualidade e normas técnicas vigentes no país.

16 – RECEBIMENTO E ACEITE DO PRODUTO

16.1 O objeto licitado deve seguir os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos oficiais de fiscalização e controle;

16.2 O objeto solicitado será recusado no caso de fornecimento incompleto, vício do produto, marca ou valor divergente do que foi apresentado na proposta vencedora da Licitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.3 A forma de recebimento e aceite do material estará regida de acordo a Lei nº. 14.133/2021.

16.4 O Recebimento Definitivo dos produtos somente será efetivado após a conferência detalhada dos materiais.

17 – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratada que, no decorrer da vigência:

- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de Prestar os serviços/fornecimentos exigidos no certame;
- d) Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Fizer declaração falsa;
- g) Ensejar o retardamento da execução do certame.

17.1.2. A contratante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de até 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;
- b) Impedimento de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até cinco anos;

17.1.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções:

17.1.4. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

17.1.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

17.1.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.1.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17.1.8. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste termo;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- i) Fraudar a licitação;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- k) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- l) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- m) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

SECRETARIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2055 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 15500000 TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

SECRETARIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2055 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 15520000 TRANSF. DE REC.DO FNDE REF. AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

SECRETARIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2117 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 MATERIAL DE CONSUMO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FONTE DE RECURSO: 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

SECRETARIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2117 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 33903000 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 15400000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS.

19. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

19.1 A fiscalização da execução do objeto será exercida pelo servidor, lotado na Secretaria Municipal de Educação a Sr.^a Nutricionista **ÉRICA JULIANA OLIVEIRA ARAÚJO** matrícula nº **12166**, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviço a ser firmado.

20. DA APROVAÇÃO

De acordo e aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Campo Formoso, 20 de agosto de 2024.

Pedro Vieira de Carvalho
Pedro Vieira de Carvalho
Chefe de Departamento
Decreto 118/2023

Pedro Vieira de Carvalho
Pedro Vieira de Carvalho
Chefe de Departamento
Dec. 118/2023